

# *Superior Tribunal de Justiça*

**HABEAS CORPUS Nº 523.059 - SP (2019/0215262-7)**

**RELATOR : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO  
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)**  
**IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**CRISTINA VICTOR GARCIA - SP235503**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PACIENTE : ALEXANDRE DO NASCIMENTO (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

## **DECISÃO**

Trata-se de **habeas corpus**, substitutivo de recurso especial, impetrado em benefício de **ALEXANDRE DO NASCIMENTO** contra v. acórdão proferido pelo eg. **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo** no Agravo em Execução n. 9000234-09.2019.8.26.0050.

Depreende-se dos autos que o paciente postulou ao d. Juízo das Execuções o benefício do livramento condicional, contudo, o pedido foi indeferido (fls. 24-25).

Irresignada, a Defesa interpôs agravo em execução requerendo a cassação da decisão, porém, o eg. Tribunal de origem negou provimento ao recurso nos termos do v. acórdão de fls. 44-47.

Daí o presente **writ**, no qual afirma que não há previsão legal para interrupção do lapso temporal para concessão do livramento condicional pelo cometimento de falta grave, bem como que a decisão afronta o Enunciado Sumular n. 441/STJ.

Sustenta, ainda, que o paciente preenche os requisitos subjetivos, por possuir bom comportamento carcerário.

Requer, ao final, a concessão da ordem para cassar o v. aresto no sentido de afastar a interrupção do lapso para livramento condicional em virtude do cometimento de falta grave, concedendo ao paciente o benefício.

Não houve pedido liminar.

# Superior Tribunal de Justiça

Informações prestadas às fls. 55-79.

O Ministério Público Federal manifestou-se, às fls. 84-89, pelo não conhecimento do **writ** e, se conhecido, pela denegação da ordem, em parecer com a seguinte ementa:

**"HABEAS CORPUS. DIREITO PENAL. EXECUÇÃO PENAL. FALTA GRAVE. LIVRAMENTO CONDICIONAL. REQUISITO SUBJETIVO. NÃO PREENCHIMENTO.**

*1. Não é cabível habeas corpus substitutivo de recurso, impondo-se o não conhecimento da impetração, salvo quando constatada a existência de flagrante ilegalidade no ato judicial impugnado.*

*2. A prática de falta grave pode ser utilizada para valoração negativa do requisito subjetivo para o indeferimento de livramento condicional, conforme dispõe o art. 83 do Código Penal, bem como na linha de entendimento do Superior Tribunal de Justiça.*

*3. Parecer pelo não conhecimento do writ. Se conhecido, pela denegação da ordem."*

**É o relatório.**

**Decido.**

A Terceira Seção desta Corte, seguindo entendimento firmado pela Primeira Turma do col. Pretório Excelso, sedimentou orientação no sentido de não admitir **habeas corpus** em substituição ao recurso adequado, situação que implica o não conhecimento da impetração, ressalvados casos excepcionais em que, configurada flagrante ilegalidade apta a gerar constrangimento ilegal, seja possível a concessão da ordem de ofício.

Tal posicionamento tem por objetivo preservar a utilidade e eficácia do **habeas corpus** como instrumento constitucional de relevante valor para proteção da liberdade da pessoa, quando ameaçada por ato ilegal ou abuso de poder, de forma a garantir a necessária celeridade no seu julgamento. Assim, incabível o presente **mandamus**, porquanto substitutivo de recurso especial.

Em homenagem ao princípio da ampla defesa, no entanto, passa-se ao exame da insurgência, a fim de se verificar eventual

# Superior Tribunal de Justiça

constrangimento ilegal passível de ser sanado pela concessão da ordem, de ofício.

Para a adequada delimitação da **quaestio**, transcrevo o trecho da r. decisão do d. Juízo de 1º grau que indeferiu o benefício, **verbis** (fls. 24-25):

"[...]

*Dessa forma, por todos os ângulos que se possa analisar requisito objetivo (resgate do lapso exigido a contar da última falta grave), ou do requisito subjetivo (se a falta grave não interrompe a contagem, ela é indicativa de insatisfatório comportamento, que deve ser analisado durante a execução da pena)."*

O eg. Tribunal de origem, por sua vez, ao ratificar a decisão do d. Juízo das Execuções, fundamentou-se, também, na ausência do requisito subjetivo, nos termos dos excertos do v. acórdão que transcrevo a seguir, **verbis** (fls. 46-47 - grifei):

"[...]

*De acordo com a folha de antecedentes (fls. 73/95), o **sentenciado teve sua falta disciplinar reconhecida na data de 12.03.2018**, o que ocasionou a retificação de cálculo para fim de benefícios.*

*O agravo não merece provimento.*

*No caso em comento, como bem constou da r. decisão agravada, verifica-se que o requisito objetivo não foi cumprido, porquanto a falta disciplinar grave, datada de 07.08.2017, ensejou a interrupção da contagem de tempo para concessão da benesse, que ocorrerá somente em 15.11.2022.*

[...]

*De outro lado, conforme entendimento desta colenda Câmara, **exige-se o bom comportamento carcerário para concessão de benefícios, o que importa na ausência de faltas disciplinares graves.**"*

Com efeito, em que pese as considerações a respeito da interrupção para concessão do livramento condicional, a jurisprudência deste Tribunal Superior firmou-se no sentido de que o cometimento de falta grave no curso da execução, conquanto não interrompa o lapso temporal para a concessão do **livramento condicional** (Enunciado sumular n. 441/STJ), pode impedir a concessão do benefício, por ausência de implementação do **requisito subjetivo**, nos termos do art. 83, III, do Código Penal.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Assim, a existência de fatos concretos ocorridos no curso da execução da reprimenda, notadamente a prática de falta grave recente, ocorrida em 7/8/2017, denotam a ausência do requisito subjetivo e constituem motivação idônea para a negativa do livramento condicional.

Nesse sentido, cito os seguintes precedentes desta Corte Superior de Justiça:

*"HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. DESCABIMENTO. EXECUÇÃO PENAL. LIVRAMENTO CONDICIONAL. FALTAS GRAVES. REQUISITO SUBJETIVO NÃO IMPLEMENTADO. HISTÓRICO PRISIONAL DO PACIENTE. DECISÃO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. LIMITAÇÃO DO PERÍODO DE AFERIÇÃO DO REQUISITO SUBJETIVO. IMPOSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE. ORDEM NÃO CONHECIDA.*

*[...]*

*2. As faltas graves praticadas no decorrer da execução penal não interrompem o prazo para a obtenção do livramento condicional - Súmula n. 441/STJ - mas justificam o indeferimento do benefício, pelo inadimplemento do requisito subjetivo. Precedentes.*

*3. Não se aplica limite temporal à análise do requisito subjetivo, devendo ser analisado todo o período de execução da pena, a fim de se averiguar o mérito do apenado. Precedentes.*

*Habeas corpus não conhecido"* (HC n. 424.311/RS, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Joel Ilan Paciornik**, DJe de 15/02/2018).

*"AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. LIVRAMENTO CONDICIONAL. AFERIÇÃO DE REQUISITO SUBJETIVO. REALIZAÇÃO DE PRÉVIO EXAME CRIMINOLÓGICO. DECISÃO FUNDAMENTADA. POSSIBILIDADE. SÚMULA 439/STJ. INSURGÊNCIA DESPROVIDA.*

*1. Embora a Lei n. 10.792/2003, introduzindo nova redação ao artigo 112 da LEP, tenha facultado ao magistrado deferir o livramento condicional considerando o atestado de bom comportamento carcerário, não lhe é vedado aferir o mérito do reeducando por outros elementos. Incidência da Súmula n. 439/STJ ("Admite-se o exame criminológico pelas peculiaridades do caso, desde que em decisão motivada).*

# Superior Tribunal de Justiça

2. Na hipótese, se fez registrar a gravidade dos crimes praticados pelo condenado, a pena a cumprir, a reincidência, bem como o histórico carcerário com o registro de 4 (quatro) faltas disciplinares, o que indica a sua periculosidade e, portanto, a necessidade de analisar com mais cuidado a plena capacidade do reeducando de retorno à sociedade.

3. Agravo regimental desprovido" (AgRg no HC n. 404.156/SP, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Jorge Mussi**, DJe de 04/12/2017).

**"AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. LIVRAMENTO CONDICIONAL. REQUISITO SUBJETIVO NÃO ATENDIDO. HISTÓRICO DE FALTAS DISCIPLINARES. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.**

*I - Para a concessão do benefício do livramento condicional, nos termos do art. 83 do CP, deve o reeducando preencher não somente o requisito de natureza objetiva (fração de cumprimento da pena), mas também o de natureza subjetiva (comportamento satisfatório durante a execução da pena, bom desempenho no trabalho que lhe foi atribuído e aptidão para prover ao próprio sustento de maneira lícita).*

[...]

**III - Na hipótese, a eg. Corte estadual afastou a configuração do requisito subjetivo com fundamentação idônea, fazendo remissão a fatos concretos ocorridos no curso do desconto da reprimenda, notadamente, as anotações constantes do histórico carcerário do paciente, notadamente a prática de faltas disciplinares.**

*Agravo regimental desprovido" (AgRg no HC n. 407.799/MS, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Felix Fischer**, DJe de 21/11/2017).*

Ademais, é também firme o posicionamento desta Corte Superior no sentido de ser inviável, em sede de **habeas corpus**, desconstituir a conclusão a que chegaram as instâncias ordinárias sobre o não preenchimento do requisito subjetivo para o livramento condicional ou outro benefício, uma vez que tal providência implica o reexame do conjunto fático-probatório dos autos da execução, procedimento incompatível com os estreitos limites da via eleita.

Nesse sentido:

# *Superior Tribunal de Justiça*

**"EXECUÇÃO PENAL. HABEAS CORPUS  
SUBSTITUTIVO DE RECURSO ESPECIAL. NÃO CABIMENTO.  
NOVA ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL. LIVRAMENTO  
CONDICIONAL. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS. MOTIVAÇÃO  
SUFICIENTE. INTERRUÇÃO DO PRAZO. SÚMULA 441/STJ.  
CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO. WRIT  
NÃO CONHECIDO.**

[...]

**III - Para a concessão do livramento condicional, o magistrado deve examinar o efetivo cumprimento do requisito objetivo e subjetivo IV - In casu, o eg. Tribunal de origem, na decisão que cassou o livramento condicional, asseverou que o paciente não atendeu os requisitos objetivo e subjetivo para a concessão do benefício.**

**V - Esta Corte possui entendimento consolidado no sentido de ser inviável, na via estreita do habeas corpus, examinar se estão ou não presentes os requisitos objetivo e subjetivo para o livramento condicional, pois demandaria aprofundado exame de provas, inviável nesta via angusta.**

**Habeas Corpus não conhecido" (HC n. 401.948/SP, Quinta Turma, Rel. Min. Felix Fischer, DJe de 15/08/2017, grifei).**

**"EXECUÇÃO PENAL. HABEAS CORPUS  
SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. INADEQUAÇÃO  
DA VIA ELEITA. PROGRESSÃO DE REGIME PRISIONAL  
INDEFERIDA. AUSÊNCIA DO REQUISITO SUBJETIVO.  
DECISÃO FUNDAMENTADA. CONTURBADO HISTÓRICO  
PRISIONAL DO PACIENTE. PRÁTICA DE FALTA GRAVE.  
NOVO DELITO COMETIDO DURANTE O LIVRAMENTO  
CONDICIONAL. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO  
ILEGAL. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.**

[...]

**2. In casu, as instâncias ordinárias indeferiram o pleito de progressão de regime prisional, sob o fundamento de não preenchimento do requisito subjetivo para obtenção do benefício, destacando a gravidade concreta dos crimes cometidos, a longevidade da pena e a prática de novo delito durante o livramento condicional anteriormente deferido.**

**3. Verifica-se a idoneidade da fundamentação adotada, haja vista o posicionamento desta Superior Corte de Justiça, no sentido de que a análise desfavorável do mérito do condenado feita pelo Juízo das Execuções Criminais, com base em fatos concretos ocorridos no bojo da execução penal, autoriza o indeferimento do pedido de progressão de regime pela**

# *Superior Tribunal de Justiça*

*falta do requisito subjetivo.*

**4. Afastar o entendimento manifestado pelas instâncias de origem quanto ao não preenchimento do requisito subjetivo demandaria o reexame de material fático-probatório, inadmissível na via estreita do mandamus.**

**5. Habeas corpus não conhecido"** (HC n. 397.552/RJ, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Reynaldo Soares da Fonseca**, DJe de 20/06/2017, grifei).

Desta forma, verifica-se que o v. acórdão combatido está em consonância com a jurisprudência desta Corte Superior de Justiça, não restando configurada a ilegalidade apontada.

Ante o exposto, **não conheço do habeas corpus.**

P. I.

Brasília, 02 de outubro de 2019.

**MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**  
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)  
Relator